

Este manual é um documento vivo. Pode ajudar-nos a melhorá-lo respondendo a este breve [inquérito de avaliação](#)



EUROPEAN UNION



**EU  
MISSIONS**

**ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE**



# Envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos na adaptação ao clima: Um guia para fazer você mesmo

agosto de 2023 - V1

# Manual "faça você mesmo" (DIY) para mobilizar e envolver as partes interessadas e os cidadãos no planeamento e ação na adaptação às alterações climáticas

## Introdução

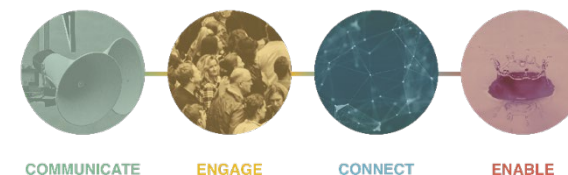
Como pode melhorar o seu planeamento de adaptação às alterações climáticas com estratégias de envolvimento das partes interessadas<sup>1</sup> e de mobilização dos cidadãos? Como pode garantir o seu futuro apoio para assegurar a implementação de medidas de adaptação eficazes e a longo prazo? Se estas questões fazem parte das suas preocupações atuais, não está sozinho. A maioria dos governos regionais e locais está a procurar responder a estes desafios e com boas razões: as partes interessadas e os cidadãos são a espinha dorsal de um planeamento e implementação de adaptação bem-sucedidos.

Por muito ponderado, cientificamente robusto e fundamentado em dados que seja o seu plano de adaptação às alterações climáticas, a menos que seja aceite e apoiado pelas partes interessadas e pelos cidadãos, não atingirá todo o seu potencial, tanto na sua conceção como na sua aplicação.

## Objetivos e âmbito de aplicação

Este manual destina-se a ser utilizado pelas autoridades regionais e locais e foi produzido no âmbito da Plataforma de Implementação da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas (MIP4Adapt). O manual irá orientá-lo na forma de envolver as partes interessadas e os cidadãos ao longo das seis etapas principais do processo de planeamento da adaptação às alterações climáticas descrito no [Instrumento de Apoio à Adaptação Regional \(RAST\)](#).

O manual apresenta ferramentas e métodos experimentados e testados, que o podem ajudar a adotar uma abordagem de envolvimento de toda a sociedade, que não deixa ninguém para trás.



<sup>1</sup> Uma parte interessada é qualquer pessoa ou grupo que influencia ou é influenciado pelo seu plano de adaptação às alterações climáticas. Na prática, isto implica todos os que podem ser afetados pelos desafios e oportunidades colocados pelas alterações climáticas e os atores que têm a capacidade de implementar ações relevantes.

O manual baseia-se, concetualmente, em quatro elementos: **comunicar, envolver, conectar e ativar (a ação)**.

Estes elementos são concebidos de forma interligada para mobilizar as partes interessadas e os cidadãos, e incentivar a compreensão, o empenho e a ação coletivos (ver Caixa 1 para mais pormenores).

**Caixa 1: COMUNICAR-ENVOLVER-CONECTAR-ATIVAR (A AÇÃO)**

Elementos-chave para o sucesso na mobilização e envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos de forma eficaz e colaborativa:

- COMUNICAR para/com um vasto leque de partes interessadas e cidadãos, que podem estar sobrecarregados com a quantidade de informação que recebem regularmente
- ENVOLVER-SE com um espectro inclusivo de organizações e indivíduos
- CONECTAR as partes interessadas e os cidadãos aos decisores de forma a facilitar a deliberação sobre políticas e medidas
- ATIVAR a ação das partes interessadas e dos cidadãos, quer seja coletiva ou individualmente.

## Porque é que é necessário envolver e mobilizar as partes interessadas e os cidadãos?

Existem provas sólidas de que a participação pública pode conduzir a um planeamento e ação mais ambiciosos e transformadores na área das alterações climáticas <sup>(Ref1)</sup>.

Enquanto autoridade regional ou local, pode desempenhar um papel central na sensibilização e compreensão das partes interessadas e dos cidadãos sobre as vulnerabilidades, os riscos e as oportunidades associados às alterações climáticas e no reforço do seu empenho no que pode ser feito para os resolver. Por sua vez, isso pode facilitar a ação, incluindo a mudança de comportamentos.

Ao envolver as partes interessadas e os cidadãos, pode garantir que o seu plano de adaptação às alterações climáticas é:

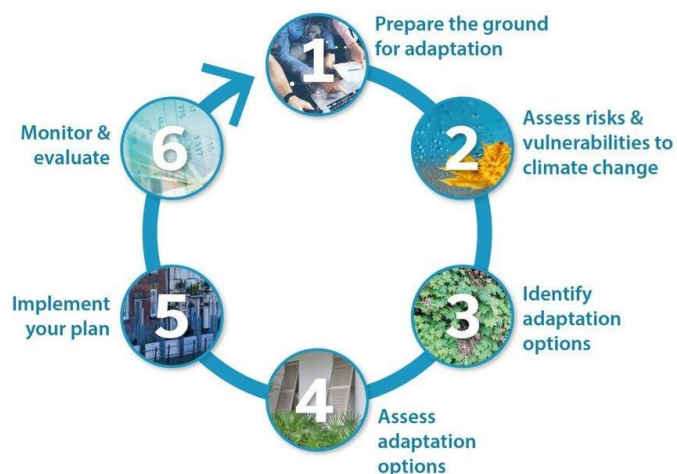
- **Relevante:** Embora se saiba muito sobre a sensibilidade dos sistemas humanos e naturais à variabilidade e às alterações climáticas, as partes interessadas e os cidadãos podem fornecer informações, conhecimentos e experiências locais importantes. Além disso, podem ser os melhores avaliadores da sua própria capacidade de adaptação; da sua capacidade de se ajustarem a potenciais danos, de tirarem partido das oportunidades ou de



responderem às consequências. É provável que muitas partes interessadas sejam também responsáveis pela execução das ações decorrentes do plano, pelo que estarão provavelmente bem informadas sobre as questões operacionais e a sua implementação.

- **Credível:** Para que o seu plano de adaptação às alterações climáticas seja credível, coerente e fiável, é importante que seja construído com base numa abordagem 'bottom-up', não apenas 'top-down'.
- **Legítimo:** Ao assegurar os contributos e a validação do seu plano de adaptação às alterações climáticas pelas partes interessadas e os cidadãos, é mais provável que o mesmo seja visto por todos como justo, proporcional e equitativo, facilitando assim a capacidade de assegurar a sua implementação.
- **Partilhado:** A cocriação do seu plano com as partes interessadas e os cidadãos assegurará uma apropriação partilhada e encorajará todos a desempenharem o seu papel na sua implementação.
- **Compreendido:** O envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos em cada etapa do ciclo de planeamento da adaptação (por exemplo, na identificação das vulnerabilidades e riscos climáticos, na definição e hierarquização das opções de adaptação e na elaboração de planos de implementação) significará que os objetivos do plano, as questões em que se centra e a forma de as abordar serão familiares e conhecidas das partes interessadas e cidadãos, e, portanto, melhor compreendidas.

### Quando e como envolver e mobilizar as partes interessadas e os cidadãos no seu planeamento da adaptação?



Este manual irá ajudá-lo a considerar quando e como pode mobilizar e envolver de forma mais eficaz e eficiente as partes interessadas e os cidadãos no seu ciclo de planeamento da adaptação climática. Aborda o ciclo por etapas, como descrito no RAST, e detalha ações e ferramentas específicas que podem ser utilizadas em cada etapa.

O envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos pode ajudar a reduzir os conflitos, criar confiança, apoiar a adesão às decisões tomadas, criar um mandato público coletivo para as estratégias e planos de adaptação climática, e facilitar a compreensão coletiva dos mesmos. As partes interessadas e os cidadãos têm, assim, mais probabilidades de apoiar os objetivos de adaptação e a implementação das ações que lhe são necessárias.

O quadro seguinte resume os principais pontos de entrada no ciclo de planeamento da adaptação em que existe uma oportunidade clara de procurar o contributo e/ou a validação das partes interessadas e de consultar os cidadãos, ou apoiar a sua mobilização e mudança de comportamento.

É feita uma distinção entre as partes interessadas que podem estar envolvidas em atividades sectoriais ou intersectoriais específicas e os cidadãos que podem ser visados através de abordagens mais genéricas.

**Quadro 1: Exemplos de atividades colaborativas para cada etapa do ciclo RAST**

Ciclo de planeamento da adaptação	Exemplos de ações relativas às partes interessadas	Exemplos de ações relativas aos cidadãos
Etapa 1 - preparar o terreno para a adaptação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver uma <a href="#">estratégia de envolvimento sustentado</a></li> <li>Desenvolver uma <a href="#">comunidade de prática</a> a ser consultada e/ou envolvida em todas as etapas subsequentes (com especial incidência na implementação)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adaptar a sua <a href="#">estratégia de comunicação</a></li> <li>Realizar um <a href="#">inquérito sobre os interesses/attitudes dos cidadãos</a></li> <li>Criar uma <a href="#">assembleia de cidadãos</a> que será consultada e/ou envolvida em todas as etapas subsequentes (com especial incidência na implementação)</li> </ul>
Etapa 2 - avaliar os riscos e vulnerabilidades às alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e hierarquizar, ou validar, as vulnerabilidades e os riscos climáticos através de <a href="#">grupos de reflexão ou workshops</a> temáticos/sectoriais, ou identificar quaisquer vulnerabilidades e riscos climáticos transversais a todos os temas/sectores através de <a href="#">workshops</a> multitemáticos/transectoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos deliberativos para melhor identificar os riscos e as vulnerabilidades dos grupos vulneráveis</li> <li>Orientar as atividades de comunicação para aumentar a compreensão e a sensibilização dos cidadãos para as vulnerabilidades e os riscos climáticos (ou seja, uma <a href="#">campanha de sensibilização para a informação</a>)</li> </ul>
Etapa 3 - identificar opções de adaptação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e validar opções de adaptação através de <a href="#">grupos de reflexão ou workshops</a> temáticos/sectoriais, ou identificar ações de adaptação transversais através de <a href="#">workshops</a> temáticos/transectoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consultar os cidadãos sobre a importância, a credibilidade e a legitimidade das opções de adaptação e a sua disponibilidade para as apoiar</li> </ul>
Etapa 4 - avaliar as opções de adaptação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilitar <a href="#">grupos de discussão ou workshops</a> temáticos/sectoriais para aplicar os critérios acordados para a definição de prioridades das opções de adaptação, ou <a href="#">workshops</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consultar os cidadãos sobre a atribuição de prioridades às opções de adaptação (por exemplo, através de <a href="#">inquéritos aos cidadãos</a>)</li> </ul>

	multitemáticos/transectoriais para validar a definição de prioridades de todas as opções de adaptação	
Etapa 5 - implementar o seu plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver um ambiente propício (por exemplo, orientação, <a href="#">incentivos</a> e apoio) que promova a implementação de ações pelas partes interessadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolvimento <a href="#">deliberativo</a> dos cidadãos para informar o desenvolvimento de um ambiente propício à implementação de ações de adaptação</li> <li>Orientar <a href="#">as atividades de comunicação</a> para inspirar mudanças de comportamento que conduzam a uma maior resiliência</li> </ul>
Etapa 6 - monitorizar e avaliar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolver as partes interessadas na comunicação dos progressos das ações que estão a ser implementadas (incluindo as desenvolvidas por elas próprias)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer programas de <a href="#">ciência cidadã</a> para monitorizar os resultados obtidos através da implementação das ações de adaptação</li> </ul>

## Etapa 1: Preparar o terreno para a adaptação

Quer esteja a preparar-se para iniciar o seu plano de adaptação às alterações climáticas ou já tenha avançado um pouco no ciclo de adaptação, é extremamente benéfico identificar e compreender quais as partes interessadas e os cidadãos que podem contribuir e de que forma.

**Mas como? E por onde começar?** Esta secção descreve como desenvolver **a sua estratégia de mobilização e envolvimento** durante cada passo do ciclo de planeamento da adaptação. É aconselhável começar por delinear uma estratégia geral. Esta será desenvolvida em mais pormenor à medida que for elaborado o plano da adaptação, um passo de cada vez, ou seja, aprendendo à medida que avança no RAST e gerindo as expectativas dos intervenientes e dos cidadãos numa base iterativa.

### Como desenvolver a sua estratégia de mobilização e envolvimento

A sua **estratégia de mobilização e envolvimento** pode ser adaptada ao seu contexto local, respondendo às seguintes questões orientadoras:

- PORQUÊ envolver as partes interessadas e os cidadãos?** Por exemplo, como prevê que o envolvimento e participação ativa das partes interessadas e cidadãos possa melhorar os resultados de etapas específicas do ciclo de planeamento da adaptação?
- QUEM é necessário envolver** dos sectores público, privado e voluntário para:

- Obter contributos importantes e credíveis de todos os principais intervenientes, com conhecimentos e experiência relevantes nos sectores ou áreas que o seu plano de adaptação às alterações climáticas abrangerá.
- Assegurar que o desenvolvimento do plano envolveu, tanto quanto possível, todos os principais interessados que possam ser afetados pelo mesmo.
- Assegurar que as pessoas responsáveis pela implementação do plano e que terão de participar na sua aplicação compreendem e identificam-se com o mesmo.

Ao efetuar este mapeamento das partes interessadas e a análise da rede de atores, será útil considerar as agendas das partes interessadas e as relações existentes entre elas. Pode encontrar algumas orientações sobre desenho de iniciativas colaborativas em [Climate-ADAPT](#). Também pode beneficiar de outros processos participativos já em curso, promovendo potenciais sinergias com outras iniciativas semelhantes.

O guia [RESIN](#) para o envolvimento das partes interessadas divide a análise das partes interessadas em três etapas:

- i) Identificação (através de um levantamento das partes interessadas - [ver descrição em anexo](#))
- ii) Categorização (por exemplo, utilizando uma [matriz de influência - interesse](#)); e
- iii) Análise das relações entre as partes interessadas (ver [orientações introdutórias à análise de redes sociais](#)).

A análise do nível de interesse e influência das diferentes partes interessadas pode permitir-lhe identificar quais as partes interessadas que seria benéfico envolver plenamente na elaboração da sua estratégia (por exemplo, que podem ser intermediários de comunicação, i.e., que podem comunicar informação do e para o resto da população), ou aquelas que só é necessário informar.

- **QUANTO será exigido às partes interessadas e aos cidadãos** (por exemplo, qual é o [nível de participação esperado](#)) para ajudar a identificar e priorizar as vulnerabilidades climáticas, os riscos e as opções de adaptação e **O QUE receberão em troca?** Isto é importante, uma vez que a **gestão** adequada das **expectativas** das partes interessadas e dos cidadãos envolvidos (relativamente aos seus objetivos, agendas e aspirações) é fundamental para o sucesso de um processo participativo.

Para criar um impacto a longo prazo, a sua estratégia de mobilização e envolvimento de partes interessadas tem de ser sustentada ao longo do tempo e basear-se num processo participativo claramente estruturado. Pensar neste aspeto também o ajudará a poupar recursos e a criar um verdadeiro sentido de comunidade. Pode identificar os aspetos que podem ser de interesse para as partes interessadas ou para os cidadãos, ou seja, o que é que eles

receberão em troca da sua participação. Isto não só o ajudará a definir a sua estratégia, como também lhe permitirá gerir as expectativas das partes interessadas envolvidas.

- Quais são os **recursos necessários** e qual é a **duração prevista** de cada processo participativo (**QUANTO e POR QUANTO TEMPO**)?

A estratégia de mobilização e envolvimento das partes interessadas deve, idealmente, basear-se num **roteiro de atividades participativas** que abranja todo o ciclo RAST e que seja mais pormenorizado para a etapa específica em causa. Este roteiro deve ser claramente comunicado às partes interessadas e aos cidadãos.

Existem muitas ferramentas e técnicas participativas populares e bem testadas, bem como abordagens mais inovadoras que podem ser utilizadas nas suas atividades de mobilização e envolvimento. A seleção dos métodos dependerá dos seus objetivos específicos (ver [Quadro 1](#)) e do seu foco (por exemplo, troca de informação, análise conjunta, aprendizagem mútua, tomada de decisões coletiva ou maior envolvimento das partes interessadas). A utilização de orientação profissional especializada em processos participativos para o desenho e implementação do roteiro participativo pode ser útil para o ajudar a aumentar a eficácia do processo.

Um ponto adicional a considerar é a **melhor forma de alinhar a sua estratégia de comunicação** com as suas atividades de mobilização e envolvimento das partes interessadas. Poderá ter especialistas em comunicação na sua equipa que possam preparar uma estratégia de comunicação sólida (ou seja, identificar mensagens, audiências e canais). Isto é fundamental para apoiar o desenvolvimento, a implementação e a monitorização do seu plano de adaptação às alterações climáticas, garantindo assim um forte alinhamento da sua comunicação com a estratégia de envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos. No entanto, será necessário ter em consideração algumas [características](#) específicas [da comunicação sobre as alterações climáticas](#), por exemplo, a ligação com o que é importante para o seu público, a criação de narrativas que contem uma história convincente ou a utilização de uma comunicação visual eficaz.

### Apoiar a mobilização e o envolvimento das suas partes interessadas

[As Comunidades de Prática](#) (CoP) são um bom exemplo de uma forma bem estabelecida de organizações sociais que podem desempenhar um papel central no aumento do nível de participação das partes interessadas na implementação do seu plano de adaptação. Uma CdP centrada na adaptação às alterações climáticas é um grupo organizado de pessoas que partilham um interesse comum e pretendem coordenar esforços para atingir objectivos partilhados relacionados com a resiliência climática. Pode criar a sua própria CdP, desenvolvendo um espaço de aprendizagem mútua, muitas vezes centrado na partilha de boas práticas e no apoio à aplicação e adoção de soluções de adaptação. O [Manual para Comunidades de Prática da EU-JRC](#) fornece orientações pormenorizadas



sobre como gerir uma comunidade de prática, tendo em conta os fatores mais importantes que permitem que estas comunidades prosperem. O MIP4Adapt tem a sua própria CoP para ajudar todos os intervenientes a trocar ideias, aprender e estabelecer redes em torno de áreas específicas de interesse comum.

### Apoiar a mobilização e o envolvimento das suas partes interessadas

Os **processos deliberativos** podem ajudá-lo a promover um diálogo estruturado ou uma conversa entre os intervenientes políticos e os cidadãos, e a trazer para o debate aqueles que nem sempre compreendem os dados sobre as alterações climáticas, aqueles que são céticos em relação a possíveis soluções, ou aqueles que estão preocupados com o facto de virem a ser afetados pelas alterações climáticas. Além disso, estes processos podem ajudar a prestar apoio personalizado a nível local para identificar necessidades concretas dos grupos mais vulneráveis, contribuindo assim para uma [resiliência justa](#). A título de exemplo, as [assembleias de cidadãos sobre o clima](#) envolvem um grupo de cidadãos com uma representação equilibrada de idades, género e estratos socioeconómicos, para aprender, deliberar e fazer recomendações sobre as prioridades relacionadas com o clima. Estas recomendações podem ajudar os decisores e outras partes interessadas a compreender melhor a forma como os cidadãos encaram os principais desafios e as ações necessárias para reforçar a resiliência climática.

**Boas práticas nas assembleias de cidadãos sobre o clima:** Começando com a [Assembleia de Cidadãos da Irlanda](#), em 2016, um número crescente de assembleias de cidadãos europeus sobre o clima oferece exemplos claros sobre a forma como um grupo de cidadãos selecionados aleatoriamente pode aprender, dialogar, deliberar e apresentar recomendações claras e potenciais soluções para ajudar a enfrentar os complexos desafios das alterações climáticas (estão disponíveis relatórios que apresentam as recomendações decorrentes de processos deliberativos na [Irlanda](#), [França](#), Reino [Unido](#) e [Espanha](#)). Estas recomendações foram enviadas aos parlamentos nacionais para informar potenciais reformas políticas: por exemplo, culminaram num Plano de Ação para o Clima na Irlanda e numa proposta de reforma constitucional em França para garantir que o Estado atue em matéria de alterações climáticas. Várias outras assembleias de cidadãos sobre a ação climática foram realizadas [na Europa a nível regional e local](#), com a primeira assembleia permanente de cidadãos do mundo sobre o clima a funcionar em Bruxelas, desde 3 de fevereiro de 2023.

Estas assembleias proporcionam um quadro no qual os cidadãos podem deliberar e produzir recomendações inclusivas, justas e amplamente apoiadas que podem orientar as mudanças políticas. Em termos de recursos disponíveis, a Rede Europeia de Conhecimento sobre Assembleias Climáticas produziu [orientações](#) pormenorizadas sobre diferentes aspetos relacionados com o desenho, preparação, implementação e avaliação das assembleias climáticas. Além disso, o [projeto Climate Citizens' Assemblies \(Assembleias de Cidadãos para o Clima\)](#) fornece conselhos e ideias claras sobre as três fases da aplicação de uma assembleia climática (ou seja, preparação, implementação da assembleia e acompanhamento político). Estes conselhos baseiam-se na experiência e nas lições aprendidas com assembleias nacionais sobre o clima bem-sucedidas em toda a Europa (ver caixa à esquerda).

## Etapas 2, 3 e 4: Identificar e avaliar as suas vulnerabilidades e riscos climáticos, e opções de adaptação

Pode procurar consultar as principais partes interessadas e os cidadãos para aproveitar os seus conhecimentos e experiências vividas:

- Validar e complementar qualquer análise documental inicial dos **elementos centrais incluídos nos processos de avaliação da vulnerabilidade e dos riscos**, ou seja, sensibilidades, capacidade de adaptação (capacidade de organização e capacidade técnica, financeira e de ecossistema) e exposição aos riscos climáticos - ver [RAST](#) para definições
- Identificar e avaliar as **opções mais relevantes para fazer face às vulnerabilidades, riscos e oportunidades resultantes das alterações do clima**
- Melhorar a compreensão coletiva das partes interessadas acerca das suas motivações, crenças fundamentais, preocupações, sentimentos e valores em relação às alterações climáticas.

As iniciativas participativas podem utilizar **grupos de discussão** e **workshops de partes interessadas** como atividades centrais para validar e obter contributos na identificação e priorização das vulnerabilidades e riscos climáticos, e/ou opções de adaptação. Estas podem ser organizadas como atividades temáticas ou sectoriais específicas, ou como atividades multitemáticas ou intersectoriais, quando se procura promover a identificação de sinergias e a reconciliação de compromissos e conflitos entre temas ou sectores.

Tanto os grupos de discussão como os workshops com partes interessadas permitem recolher dados qualitativos e informações aprofundadas sobre as suas perceções e podem ser muito valiosos para compreender as suas preocupações, motivações e crenças, tanto construídas a nível individual como coletivo. Os pontos cruciais são assegurar que a discussão é orientada por um objetivo claro, que os participantes são relevantes para os tópicos em discussão e que os exercícios desenvolvidos são facilitados de forma a encorajar uma comunicação aberta e honesta.

Há uma miríade de métodos e ferramentas participativos bem comprovados (ver, por exemplo, o [guia do MSP - Multi-Stakeholder Partnerships](#)) que podem ser utilizados por grupos de discussão ou workshops de partes interessadas para facilitar a validação ou outras contribuições para as avaliações de vulnerabilidade e risco.

#### Exemplos de métodos de envolvimento:

- Para diagnosticar e definir objetivos e desafios, e estabelecer uma base comum: [visionamento estratégico](#), [Problema Pentagonal](#), [mapeamento participativo](#), [círculos de estudo](#) e [mapeamento cognitivo](#).
- Para a troca de conhecimentos, aprendizagem social e cocriação de novas ideias: [World Café](#), [Fish Bowl](#), exercícios de role-play e [Pro Action Café](#).
- Para apoiar a tomada de decisões e a criação de consensos (ou seja, o compromisso de agir): [comunicação não-violenta](#), [fóruns abertos](#), [round-robin](#), [diálogos regenerativos](#) e [análise multicritério participada](#).

Não existe uma ferramenta ou método único que seja aplicável a todas as situações e objetivos. Por conseguinte, se internamente não tiver os conhecimentos necessários, deve procurar apoio profissional especializado para o desenho e facilitação destas atividades, a fim de garantir que os objetivos planeados são alcançados plenamente.

Para ajudar a criar um ambiente propício, pode ser necessário compreender melhor as necessidades, motivações, preocupações e crenças que as pessoas têm sobre as alterações climáticas e o comportamento adaptativo. É possível saber mais sobre os valores predominantes das partes interessadas e dos cidadãos através de inquéritos e questionários, análise de redes sociais ou técnicas de mapeamento de resultados, e utilizar esta informação para desencadear ações. [Os inquéritos aos cidadãos](#) (ver, por exemplo, o [inquérito Eurobarómetro](#) da CE) são particularmente úteis para recolher reações, sensibilizar as pessoas e as comunidades e envolver os cidadãos numa série de questões específicas. Além disso, estes inquéritos promovem a transparência e a responsabilização, recolhendo as vozes dos cidadãos para que estas possam ser incorporadas no processo de tomada de decisão. Pode utilizar os dados recolhidos nos inquéritos aos cidadãos para identificar áreas a melhorar no desenho do seu plano de adaptação, para tomar decisões relativas a políticas e programas baseadas em dados, e para classificar o nível de concordância acerca de um assunto ou tópico em discussão. Podem ser criados inquéritos específicos aos cidadãos para, por exemplo, informar e/ou validar a identificação e priorização de vulnerabilidades e riscos climáticos, e soluções de adaptação. Esta atividade pode também apoiar o desenvolvimento de um ambiente propício à implementação das soluções de adaptação selecionadas.

## Etapa 5: Implementar o seu plano

Depois de comunicar, envolver e relacionar-se com as partes interessadas e os cidadãos nas etapas anteriores do desenvolvimento do seu plano de adaptação, a importância, credibilidade e legitimidade do mesmo podem ser ainda reforçadas se os envolver nas seguintes ações:

- Desenvolvimento de planos de implementação orçamentados para as soluções de adaptação selecionadas
- Identificação das fontes de financiamento pertinentes
- Desenvolvimento de planos de implementação de políticas.

Os **processos deliberativos** são particularmente significativos para criar um ambiente propício à implementação das soluções de adaptação selecionadas. Por outras palavras, é possível alavancar o conhecimento e a experiência para a implementação dos planos de adaptação quando se estabelece uma ligação com as partes interessadas e os cidadãos, explorando o valor das redes de atores, através da ativação de relações sociais, construindo capital social local com base no espírito social ou coletivo das pessoas, enquanto "seres sociais" ligados a outras pessoas. A compreensão e a apropriação, por parte das partes interessadas e dos cidadãos, do que é necessário fazer para implementar o plano de adaptação também lhes dará maior oportunidade para agir coletiva e/ou individualmente. Estes processos podem ser organizados a diferentes escalas, desde consultas públicas a assembleias nacionais de cidadãos muito mais alargadas. Várias ferramentas (ver, por exemplo, estas [orientações para o diálogo comunitário](#)) e o trabalho realizado por alguns projetos em curso financiados pela UE (por exemplo, [PHOENIX](#) e [REAL DEAL](#)) podem fornecer ideias sobre como criar e realizar estas iniciativas de adaptação democrática.

O **papel ativo** das partes interessadas e dos cidadãos é fundamental para alcançar a resiliência climática, ou seja, para manter e aprofundar a mobilização e o envolvimento dos cidadãos e das partes interessadas ao longo do tempo. Este envolvimento pode ser apoiado através de iniciativas dinamizadas pelas Comunidades de Prática locais ou Laboratórios Vivos que reforcem a sua participação para melhorar a implementação do plano (ver caixa à direita para um exemplo).

**Um laboratório vivo para apoiar a implementação de soluções de adaptação**

No âmbito do projeto H2020 BRIGAD, a [cidade de Antuérpia ajudou ativamente a encontrar um local de experimentação](#) para sistemas de telhados verdes inteligentes como parte da atividade do Laboratório Vivo. A cidade lançou um convite aberto aos seus cidadãos, anunciando os planos BRIGAD e pedindo aos proprietários que disponibilizassem os seus telhados para os testes. Ao longo da vida do projeto, o local de ensaio foi visitado por partes interessadas, cidadãos e cientistas.

Passar da deliberação à ação exige que se considerem as principais alavancas para conseguir a mobilização e a mudança de comportamentos a nível individual e coletivo (ver uma ["história de sucesso"](#) do Climate-KIC). No entanto, existem outros tipos de incentivos para além da exploração dos valores e motivações intrínsecos das partes interessadas e dos cidadãos. [Os instrumentos de política ambiental \(IPA\)](#), definidos como ferramentas de incentivo,

concebidas e aplicadas de forma a adaptar as decisões individuais a objetivos acordados coletivamente, podem estimular a mudança de comportamentos através dos incentivos ou desincentivos certos, e alterar as condições que facilitam, por exemplo, o financiamento de soluções específicas para reduzir os riscos. Estes instrumentos podem melhorar o quadro político existente, incentivando, ao invés de impor, as mudanças comportamentais necessárias à adaptação.

Uma evolução destes instrumentos é a implementação de **processos de codecisão**, como o [orçamento participativo verde](#) (ver caixa abaixo), em que os cidadãos têm uma palavra a dizer diretamente sobre a forma como os orçamentos públicos são atribuídos e gastos para fazer face às alterações climáticas. Através desta ferramenta, os membros de uma comunidade decidem sobre a atribuição e distribuição de recursos para projetos e iniciativas reais.

**Boas práticas no processo de co-decisão: Orçamento participativo verde de Lisboa**

O orçamento participativo representa uma forma de participação dos cidadãos através da qual estes têm poder de decisão efetivo sobre uma parte do orçamento municipal. Lisboa foi uma das primeiras grandes cidades europeias a adotar o orçamento participativo à escala municipal, incluindo (desde 2018) orçamentos participativos verdes centrados em propostas para uma "cidade mais sustentável, resiliente e amiga do ambiente". A abordagem assenta num modelo híbrido que combina processos de deliberação presenciais com plataformas online para a votação e a seleção de projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, com base nas escolhas dos cidadãos locais.

## Etapa 6 - Monitorização e avaliação

Enquanto região ou autoridade local, é também importante que monitorize e avalie o progresso das ações planeadas e verifique os resultados reais obtidos em relação aos objetivos que foram definidos desde o início (ver [UAST em Climate-ADAPT](#)). A monitorização e avaliação (M&A) permite-lhe aprender e refletir sobre a eficácia e os potenciais efeitos secundários do seu plano de adaptação. O progresso em relação a vários indicadores também deve ser regularmente comunicado aos decisores e partes interessadas relevantes para criar confiança e também capacidade de adaptação.

No entanto, a M&A da adaptação pode ser um desafio, em particular quando se trata de avaliar a concretização dos resultados desejados<sup>(Ref2)</sup>. As principais dificuldades estão relacionadas com calendários desalinhados (ou seja, o tempo necessário para implementar as soluções de adaptação necessárias versus o tempo que estas podem demorar a produzir benefícios); limitações na disponibilidade de dados, incluindo dados de base; e custos financeiros e compromisso necessário para garantir a sustentabilidade da monitorização a longo prazo. Envolver as partes interessadas e os cidadãos no processo de

feedback e melhoria da monitorização e avaliação do plano permitir-lhe-á enfrentar melhor estes desafios e ajudar o seu plano a manter-se relevante. Além disso, pode ser um sistema poderoso para promover a ação climática coletiva e individual, aumentando o conhecimento e a sensibilização do público, assim como a educação das gerações mais jovens.

[A ciência cidadã](#) (definida como investigação científica realizada com a participação do público em geral) pode ser uma ferramenta de apoio para ajudar a alcançar um ciclo de melhoria contínua, em tempo útil. Os cidadãos podem participar na monitorização de variáveis relevantes relacionadas com a aplicação do plano de adaptação às alterações climáticas para refletir - com o contributo das partes interessadas e dos cidadãos - sobre o que está a funcionar bem e o que não está, num contexto específico. Este procedimento aumentará a compreensão e a sensibilização, ajudará a garantir a relevância, a credibilidade e a legitimidade dos aperfeiçoamentos do plano e, assim, incentivará um maior empenhamento na ação - conduzindo ao ciclo de melhoria acima referido.

As principais questões que terá de abordar são:

- Resultados - Em que medida estão a ser implementadas as soluções do seu plano?
- Efeitos/consequências - Em que medida foram reduzidas as vulnerabilidades e os riscos climáticos? (por exemplo, reduzindo a sensibilidade aos perigos climáticos e/ou aumentando as capacidades de adaptação associadas, ou reduzindo a exposição aos perigos climáticos).

#### Experiências da UE no domínio da ciência cidadã para a ação climática

A CE promoveu vários projetos de ciência cidadã que envolvem metodologias de investigação que suportam a mobilização dos cidadãos para a ação climática (ver exemplos do [programa SwafS](#), do projeto [eu-citizen.science](#) ou do [projeto AURORA](#) - que envolve atualmente 7000 cientistas cidadãos em toda a Europa para se tornarem cidadãos com "emissões quase nulas"). Outro exemplo, o [Nature's Calendar do Reino Unido](#) está a utilizar eficazmente a ciência cidadã para acompanhar os efeitos das alterações climáticas na vida selvagem.

## Anexo - Descrição mais pormenorizada dos principais instrumentos

Este anexo inclui informações mais pormenorizadas sobre algumas das principais ferramentas para apoiar a mobilização e o envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos. Neste contexto, o termo "ferramenta" é entendido de uma forma ampla e engloba ferramentas efetivas e também orientações, metodologias, plataformas, boas práticas e outros recursos.

### TYPE OF TOOL



Tool



Guideline



Methodology



Platform



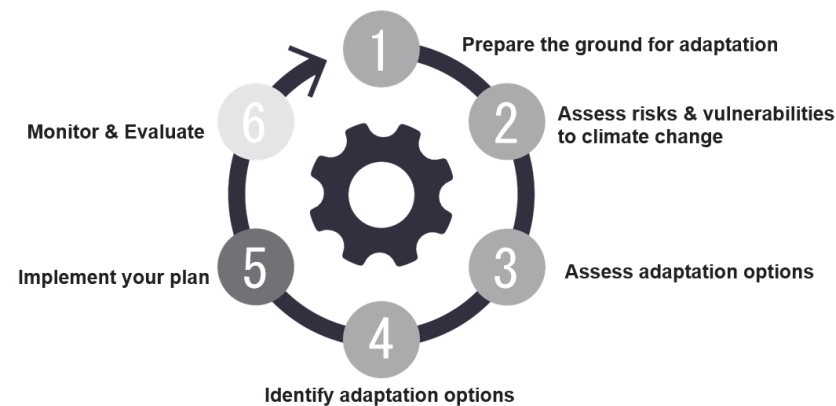
Good Practice



Other

O anexo inclui várias fichas informativas com informações relevantes sobre cada ferramenta, nomeadamente:

- Descrição geral da ferramenta
- Como é que a ferramenta funciona
- Dicas e conselhos gerais sobre como utilizar a ferramenta
- Referências, incluindo os principais documentos utilizados para descrever a ferramenta e que fornecem informações complementares
- Tempo, competências e recursos necessários para a aplicação da ferramenta
- Resultados e efeitos esperados
- Potenciais barreiras e obstáculos



Para cada ferramenta, incluímos também uma figura que indica o tipo de ferramenta e as etapas do RAST a que pode dar apoio (ver exemplo no lado direito). Os círculos são coloridos a **verde escuro** quando são particularmente úteis para essa etapa e a **verde claro** quando a ferramenta também pode ser útil nessa fase.

## LISTA DE FERRAMENTAS

---

<b>01 ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS .....</b>	<b>17</b>
<b>02 COMUNICAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>03 CAMPANHA DE INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>04 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO PARA A AÇÃO CLIMÁTICA .....</b>	<b>25</b>
<b>05 INQUÉRITOS AOS CIDADÃOS .....</b>	<b>27</b>
<b>06 ASSEMBLEIA DE CIDADÃOS SOBRE O CLIMA .....</b>	<b>29</b>
<b>07 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO VERDE .....</b>	<b>32</b>
<b>08 COMUNIDADES DE PRÁTICA .....</b>	<b>35</b>
<b>09 INCENTIVOS IPA .....</b>	<b>37</b>
<b>10 CIÊNCIA CIDADÃ .....</b>	<b>39</b>



# 01 ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

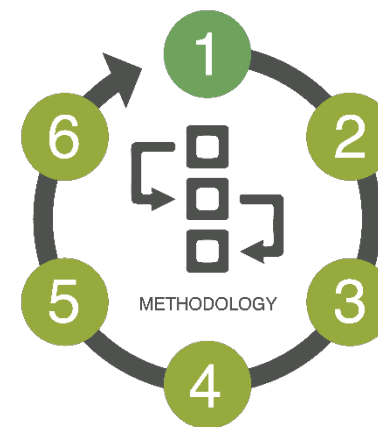
O mapeamento e análise das partes interessadas é um processo de identificação e categorização de diferentes grupos de pessoas, tais como organizações ou indivíduos que influenciam, ou são influenciados, pelo plano de adaptação às alterações climáticas.

Este é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento de estratégias de comunicação eficazes e ajudará a maximizar o impacto positivo dos seus planos climáticos. É fundamental para compreender as assimetrias de poder, ou seja, que atores ou partes interessadas têm mais e menos poder, e potenciais fontes de resistência, ou seja, grupos que se opõem a potenciais mudanças ou novas iniciativas. O reforço das estratégias de apoio ao envolvimento das partes interessadas é importante ao longo de todo o processo participativo para maximizar o impacto positivo do plano de adaptação.

## COMO FUNCIONA

A componente central é a identificação da rede de partes interessadas. Terá de elaborar uma lista inicial e completá-la através de uma mistura de pesquisa online, grupos de discussão, questionários, entrevistas semiestruturadas e/ou [técnica de bola de neve](#). Como parte deste processo, pode apresentar o plano de adaptação às partes interessadas; explicar o que lhes vai ser pedido; o que podem obter em troca da sua participação; e porque é que a sua contribuição é tão importante.

Como passo seguinte, pode recolher informações sobre cada um dos intervenientes, tais como as suas preocupações, principais necessidades e prioridades, nível de influência e nível de interesse. Isto ajudá-lo-á a determinar o nível de envolvimento necessário para cada grupo de intervenientes.



## DICAS

Lembre-se de rever e atualizar continuamente o seu mapa de partes interessadas à medida que passa de um passo do RAST para o seguinte, ao longo do seu ciclo de planeamento da adaptação. É provável que a composição das partes interessadas mude ao longo do tempo, bem como a sua relevância ou influência nas ações específicas em que se podem envolver.

## REFERÊNCIAS

[Metodologia do projeto H2020 RESIN](#) para envolver as partes interessadas

[Climate-ADAPT: Identificar e envolver as partes interessadas](#)

Exemplo de cartografia das partes interessadas para a adaptação às alterações climáticas: [Projeto ECO-CITIES em Manchester](#)

## Anexo - descrição dos principais instrumentos

Por último, pode também analisar as relações entre as partes interessadas para compreender melhor os equilíbrios de poder, as dependências, os fluxos de informação ou as influências.



### Tempo



No que diz respeito ao mapeamento das partes interessadas, o tempo depende da dimensão e complexidade, por exemplo, das opções que estão a ser consideradas. Assim, para áreas mais pequenas o processo pode ser concluído em poucos dias, enquanto para áreas maiores pode demorar várias semanas. A análise das partes interessadas requer tempo adicional, relacionado com a dimensão e a complexidade do plano.



### Competências



Não é necessária experiência prévia para o mapeamento das partes interessadas, embora sejam necessárias fortes competências interpessoais e de comunicação para interagir com as partes interessadas e recolher informações. A capacidade de sintetizar e apresentar informação de forma clara e concisa é uma vantagem importante. A análise das partes interessadas pode, no entanto, exigir o apoio de especialistas.



### Recursos



Para o envolvimento das partes interessadas, os recursos necessários são principalmente as pessoas responsáveis pela realização do trabalho. Em termos de análise das partes interessadas, pode ser necessária uma equipa para realizar pesquisas ou inquéritos de recolha de informação sobre as expectativas e os interesses de cada parte interessada. São necessárias ferramentas específicas para analisar as relações entre as partes interessadas, como, por exemplo, a análise de redes sociais e as ferramentas de software que a acompanham.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Listagem das partes interessadas (incluindo os contactos das pessoas de referência) que podem contribuir significativamente para o seu plano de adaptação.
- ★ Identificação e compreensão dos interesses, das necessidades e das expectativas destas partes interessadas.
- ★ Identificação de potenciais conflitos ou oposições que possam surgir de diferentes partes interessadas. Ajuda às organizações na atenuação dos riscos antes de uma potencial escalada.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

- As limitações no acesso ou na disponibilidade de informação sobre determinadas partes interessadas pode dificultar o processo de mapeamento.
- Representação incompleta: o processo de mapeamento das partes interessadas pode ser subjetivo, uma vez que depende de perspetivas ou preferências individuais. Assim, o processo pode excluir algumas partes interessadas que poderiam ter um impacto no seu planeamento da adaptação.
- Complexidade e ambiente em mudança: o processo pode ser complexo e pode ter de ser realizado várias vezes, uma vez que as partes interessadas e as suas posições evoluem com o tempo.

## 02 COMUNICAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Como muitos anos de esforço de ação climática demonstraram, a comunicação sobre as alterações climáticas não é uma tarefa simples e merece uma atenção específica. O "Handbook for IPCC authors on principles for effective communication and public engagement on climate change" (Manual para os autores do IPCC sobre os princípios para uma comunicação eficaz e o envolvimento do público nas alterações climáticas) explica que "falar sobre o mundo real", "estabelecer uma ligação com o que é importante para as pessoas" e "contar uma história humana" são princípios fundamentais da comunicação sobre as alterações climáticas.

A forma como as pessoas se sentem em relação a uma determinada situação tem uma forte influência nas suas decisões sobre como reagir (e potencialmente agir), ou seja, as pessoas não agem necessariamente quando têm melhor informação. A literatura mostra que as emoções são importantes para a tomada de decisões práticas, para a compreensão dos riscos e para a motivação.

### COMO FUNCIONA

As ferramentas narrativas com imagens atrativas, recursos visuais e histórias impactantes podem captar a atenção das pessoas e ativar as suas emoções, sendo assim mais suscetíveis de desencadear mudanças comportamentais em relação à ação climática.

A título de exemplo, as diretrizes elaboradas pelo IPCC para apoiar os cientistas na comunicação sobre as alterações climáticas apresentam seis princípios fundamentais para os guiar no envolvimento do público. A equipa de comunicação do IPCC explica, por exemplo, que é preciso ter cuidado com os dados que se pretendem comunicar sobre as alterações climáticas, porque os "grandes números" das alterações climáticas (por exemplo, objetivos de temperatura média global, concentrações de dióxido de carbono atmosférico) não estão relacionados com as experiências do



### REFERÊNCIAS

[Manual para os autores do IPCC sobre os princípios para uma comunicação eficaz e o envolvimento do público nas alterações climáticas](#)

A Fundação CMCC produziu vários webinars sobre aspetos específicos da comunicação sobre alterações climáticas, nomeadamente:

- [Como falar sobre as alterações climáticas de uma forma que faça a diferença](#)
- [Jornalismo e ciência: narrativas sobre as alterações climáticas](#)
- [Alterações climáticas e desinformação: estado da arte e como lidar com as mesmas](#)

## Apêndice - descrição dos principais instrumentos

dia a dia das pessoas. A maior parte das pessoas compreende o mundo através de anedotas e histórias, em vez de estatísticas e gráficos, pelo que, ao apresentar a informação, o objetivo é criar uma estrutura narrativa e mostrar o rosto humano por detrás da ciência, o que o ajudará a contar uma história convincente.



### Tempo



O facto de se concentrar e considerar especificamente a comunicação orientada para as alterações climáticas não aumentará significativamente o tempo necessário para implementar a sua estratégia de comunicação.



### Competências



São necessárias fortes capacidades de comunicação, bem como capacidades visuais e um bom conhecimento das alterações climáticas. A experiência de narração de histórias pode ser uma vantagem importante.



### Recursos



Uma campanha de comunicação relevante sobre alterações climáticas requer recursos significativos, incluindo materiais visuais cuidadosamente elaborados para apoiar mensagens baseadas em evidências.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Adaptação da sua estratégia de comunicação para melhor transmitir informações que conduzam a uma maior sensibilização para os impactos das alterações climáticas, à redução efetiva das vulnerabilidades e ao aumento da capacidade de adaptação.
- ★ Mensagens claras para simplificar a informação científica complexa sobre as alterações climáticas, tornando-a compreensível para um vasto leque de cidadãos e partes interessadas. Apresentação de recomendações em múltiplos canais e maximização do alcance e dos impactos da comunicação sobre as alterações climáticas, sensibilizando, assim, os públicos-alvo (por exemplo, grupos vulneráveis, um sector específico, etc.).

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

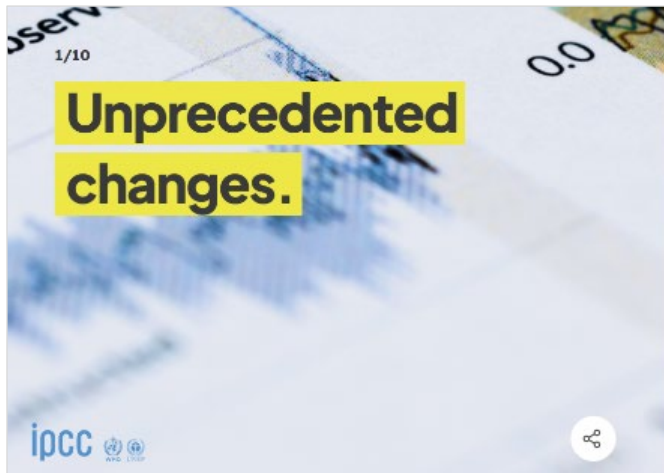
Linguagem e terminologia: As alterações climáticas são um tema complexo, e a utilização de jargão científico e termos técnicos pode ser difícil de compreender para muitas pessoas. Por isso, é importante utilizar, tanto quanto possível, uma linguagem e terminologia simples e acessível a um público alargado.

Barreiras culturais e sociais: Os diferentes contextos culturais e sociais podem afetar as perceções e a compreensão das pessoas sobre as alterações climáticas e os seus riscos e impactos.

Diferenças políticas e ideológicas: As alterações climáticas tornaram-se uma questão politicamente polarizada, e as crenças e valores dos indivíduos podem influenciar a sua interpretação e aceitação da evidência científica. Este facto deve ser considerado conscientemente na sua estratégia de comunicação.

## FERRAMENTAS DE EXEMPLO

O sítio da Internet sobre [os recursos gráficos do IPCC relativos à física das alterações climáticas](#) fornece exemplos significativos de boas práticas na comunicação sobre as alterações climáticas (ver exemplo abaixo).



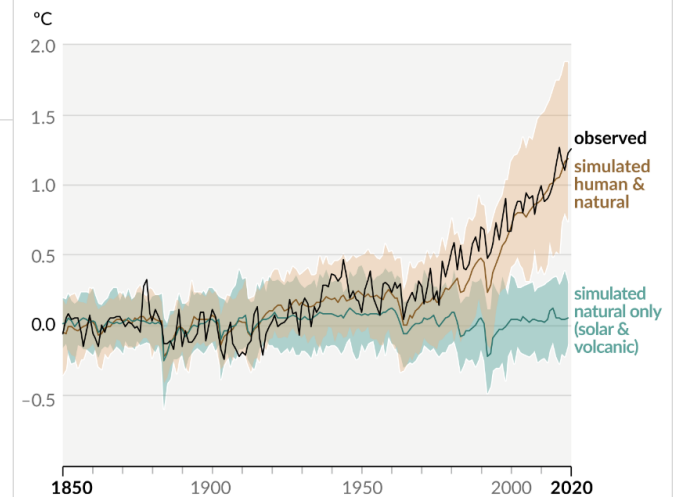
### 1/10 Unprecedented changes.

Scientists have known for decades that the Earth is warming. The rise in global temperatures since the late 19th century is unprecedented over thousands of years.

It is unequivocal that humans are causing the warming. Changes in the sun's activity and volcanic eruptions are not the cause of the warming trend.

LEARN MORE →

(b) Change in global surface temperature (annual average) as observed and simulated using human & natural and only natural factors (both 1850–2020)

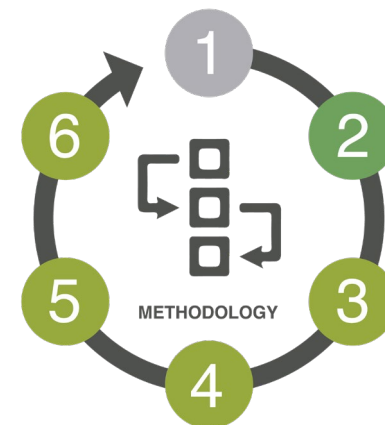


Panel (b) shows that this warming is not caused by solar activity or volcanic eruptions, which are the natural factors that can influence our climate over these time scales.

## 03 CAMPANHA DE INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Uma campanha de informação e sensibilização tem por objetivo informar as partes interessadas e os cidadãos sobre a sua vulnerabilidade e os riscos das alterações climáticas, tal como fornecer orientações gerais sobre a forma de se adaptarem proactivamente e de estarem melhor preparados para as enfrentar.

Esta ferramenta procura encorajar mudanças comportamentais individuais e sociais no sentido da adaptação climática através de estratégias de comunicação direcionadas a públicos-alvo, durante um período de tempo específico. Ao promover o envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos, e ao reforçar a capacidade de adaptação, as campanhas de sensibilização são frequentemente componentes importantes do processo de adaptação.



### COMO FUNCIONA

Como primeiro passo, é necessário definir a sua missão e objetivos específicos, tais como uma maior sensibilização para uma determinada questão específica, um maior envolvimento ou uma mudança de perceção.

Em seguida, é necessário integrar esta campanha de informação e sensibilização na sua estratégia de comunicação global e adaptá-la aos seus públicos-alvo. Isto implica aprender o mais possível sobre os mesmos (por exemplo, motivações, preocupações, etc.).

Quando redigir a sua mensagem, lembre-se de a tornar concisa, clara e memorável, acrescentando conteúdos convincentes que apoiem a sua mensagem. A informação pode ser comunicada através de várias plataformas de comunicação

### DICAS

Muitas vezes, a chave do sucesso reside no lançamento de campanhas de informação e sensibilização em várias plataformas de comunicação, ao mesmo tempo. Certifique-se de que adapta a sua mensagem a cada um dos diferentes canais.

### REFERÊNCIAS

A Climate-ADAPT fornece uma descrição exaustiva das [campanhas de sensibilização como solução de adaptação](#).

Como exemplo de uma campanha de sensibilização em grande escala, pode consultar "[Visions for a world you like](#)" - uma campanha de comunicação pública da Comissão Europeia sobre as alterações climáticas.

## Apêndice - descrição dos principais instrumentos

diferentes (por exemplo, televisão, Internet, redes sociais, jornais, eventos públicos, campanhas escolares, etc.).



### Tempo



Dependerá da sua experiência anterior em comunicação sobre alterações climáticas e dos requisitos específicos que identificar para a sua campanha. Terá de avaliar qual é o momento adequado para a comunicação, de modo a garantir que chega ao público na altura certa.



### Competências



Os conhecimentos prévios sobre uma comunicação eficaz no domínio das alterações climáticas são uma vantagem. É necessário conhecer e compreender o seu público, ser capaz de produzir mensagens claras e concisas e esclarecer o objetivo da comunicação, ou seja, se a campanha de comunicação visa informar, persuadir ou mobilizar.



### Recursos



Consoante a escala da campanha, pode ser necessária uma equipa para trabalhar no marketing, no desenho, no desenvolvimento e na divulgação/recursos tecnológicos: plataformas online, redes sociais, marketing por correio eletrónico, etc. Podem ser utilizadas ferramentas especializadas, como a monitorização do tráfego do sítio da Internet ou “estudos de atribuição”, para medir a eficácia da campanha.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Maior sensibilização e compreensão dos impactos das alterações climáticas e das soluções de adaptação (políticas, práticas, tecnologias, etc.)
- ★ Maior envolvimento e participação do público em geral ou das partes interessadas, e estímulo à mudança de atitudes e comportamentos.
- ★ Aumento da confiança em fontes de informação fiáveis e contribuição para a redução da desinformação sobre questões relacionadas com as alterações climáticas entre as partes interessadas e os cidadãos.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

Acessibilidade: Se a informação só estiver disponível através de determinados canais, pode não chegar a todos os membros do público-alvo.

Restrições financeiras: A implementação de campanhas em grande escala pode ser dispendiosa e os recursos limitados podem restringir o alcance da campanha.

Risco de perceção limitada: se os problemas parecerem distantes e não reais, isso pode diminuir a participação das partes interessadas e a eficácia da campanha. Por exemplo, as pessoas podem não ver o valor ou a relevância da informação que está a ser partilhada.



## EXEMPLOS DE AÇÕES

- ★ Pode ver abaixo um exemplo de uma campanha de sensibilização pública pioneira relacionada com a adaptação às alterações climáticas: "Os Países [Baixos vivem com água](#)".



Cartoon from the 'The Netherlands Lives with Water' public awareness campaign featuring Peter Timofeeff

### 1. What is the purpose of the 'The Netherlands Lives with Water' public awareness campaign?

February 2003 saw the start of the multimedia public awareness campaign 'The Netherlands Lives with Water'. The campaign aims to explain the government's policy of 'giving water more room' and encourage support for it.

Initially, the campaign pressed home the message that the climate is changing and that this has consequences for water management in the Netherlands. Gradually, the campaign puts into plain words what measures such as storing water mean in practice. Moreover, it highlights the efforts the national government, provincial authorities and water boards are undertaking across the Netherlands to keep the country safe and dry.

Research showed that the public estimated the campaign to be informative and believable. The awareness that the government is effecting measures to balance the effects of climate change has increased significantly. At the end of 2003, 82% of the population recognised the social importance of measures to protect against flooding, and 72% endorsed the proposition that this would have to involve 'giving water more room'. Weatherman and 'Water Ambassador' Peter Timofeeff is seen as an appealing and likeable expert. On national and regional radio and television, he brings the problems and solutions to peoples' attention through cartoons and personal appearances.

Source: [www.nederlandleefmetwater.nl](http://www.nederlandleefmetwater.nl)

- ★ "["Você controla o clima"](#)" foi uma campanha de sensibilização lançada pela Comissão Europeia para incentivar as pessoas a fazerem pequenas mudanças no seu comportamento diário relacionadas com o combate às alterações climáticas. Pode encontrar uma descrição dos principais objetivos, públicos-alvo, desenho e conteúdo desta campanha.
- ★ Pode ver um exemplo em vídeo de uma [campanha de sensibilização sobre a adaptação ao risco de inundações](#) do Ministério das Infraestruturas e da Gestão da Água dos Países Baixos
- ★ Como alternativa às campanhas de sensibilização "convencionais", pode consultar o [Change Game](#) da Fundação CMCC. Trata-se de uma "solução de aprendizagem baseada em jogos que ajuda a aumentar a consciencialização e a melhorar a compreensão dos desafios complexos e transformacionais que a humanidade enfrenta ao lidar com as alterações climáticas".



# 04 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO PARA A AÇÃO CLIMÁTICA

Uma estratégia de mobilização liderada por uma cidade ou região é um processo que tem como objetivo influenciar a mudança a nível local, regional e mesmo nacional. As cidades e as regiões podem utilizar a sua influência política, os seus recursos e os seus conhecimentos locais para sensibilizar para temas específicos e mobilizar o apoio dos cidadãos e das partes interessadas através de diferentes ações. As estratégias comuns de mobilização incluem a defesa de políticas, a criação de ligações, campanhas de sensibilização do público, o envolvimento de funcionários eleitos e ações legais.

## COMO FUNCIONA

As estratégias de mobilização para a ação climática variam muito, dependendo do tipo de ação empregue por cada município ou região. No entanto, todas as estratégias de têm de ser adaptadas ao seu contexto específico, baseadas num plano bem estruturado, apoiar-se numa estratégia de comunicação e ser dirigidas a um público-alvo claramente identificado.

As mensagens-chave devem estar fortemente alinhadas com o contexto e as características do público-alvo, tais como as suas necessidades, preocupações e motivações para as inovações climáticas propostas. É preciso garantir que as mensagens sejam localizadas, claras, concisas e convincentes.

O êxito de uma Estratégia de Mobilização depende de muitos fatores, tais como a garantia de que o processo é suficientemente flexível para ser adaptado e aperfeiçoado ao longo do tempo com base numa forte monitorização, avaliação e aprendizagem (MEL).



## DICAS

Lembre-se que os esforços de mobilização requerem persistência e um compromisso a longo prazo para atingir os objetivos, e que o sucesso pode não ser imediato.

## REFERÊNCIAS

[Descrição das estratégias de mobilização](#) na Climate-ADAPT.

[Guia de Advocacia sobre como interagir com o Comité Económico e Social Europeu \(CESE\).](#)

[Registo Europeu de Transparência](#) - Parlamento Europeu.



### Tempo



Algumas estratégias de mobilização para a ação podem exigir meses ou anos de planeamento e preparação, antes de poderem ser implementadas, particularmente se envolverem a construção de uma coligação de apoiantes, a realização de investigação, ou o desenvolvimento de materiais de comunicação. O tempo de implementação varia, assim, entre um mínimo de algumas semanas e vários anos (pense numa ação legal, por exemplo, como um litígio sobre o clima).



### Competências



O conhecimento das políticas públicas e das estratégias de comunicação é fundamental.



### Recursos



Os recursos necessários variam muito em função da estratégia, do âmbito e da escala da Campanha Mobilização para a Ação Climática e das atividades que a acompanham. Globalmente, os custos podem variar entre alguns milhares e centenas de milhares de euros.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Aumento da cobertura mediática e do debate público sobre a questão.
- ★ Formação de novas parcerias e coligações para abordar a questão.
- ★ Acesso a recursos e serviços para as pessoas afetadas pela questão.
- ★ Desenvolvimento de novos programas ou iniciativas para resolver o problema.
- ★ Envolvimento e participação das partes interessadas na resolução do problema.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

Existem vários obstáculos potenciais ao êxito, incluindo a falta de uma comunicação clara e orientada para as necessidades, a falta ou má utilização dos recursos, a resistência à mudança, a polarização política, a falta de sensibilização do público, a oposição de interesses poderosos e os obstáculos jurídicos, para citar apenas alguns.

# 05 INQUÉRITOS AOS CIDADÃOS

Os inquéritos aos cidadãos são utilizados para recolher perceções e opiniões sobre questões específicas dos residentes e dos cidadãos. Pode utilizá-los como uma ferramenta poderosa e rápida para compreender melhor as necessidades e perceções dos seus cidadãos, e garantir que o seu plano de adaptação climática reflete e está alinhado com as prioridades dos cidadãos.

Pode ajudar a promover a transparência e a responsabilização, dando aos cidadãos uma voz no processo de tomada de decisões. Pode também ser uma ferramenta muito útil para recolher opiniões sobre planos existentes, passados e futuros, e pode ajudar a sensibilizar os cidadãos e as comunidades para temas fundamentais.

## COMO FUNCIONA

O inquérito deve basear-se em técnicas eficazes de desenho de inquéritos, que garantam a sua fiabilidade e validade estatísticas. Para tal, é necessário um plano de amostragem que procure identificar a população-alvo e um método de seleção dos cidadãos.

É necessário especificar perguntas claras e concisas e opções de resposta adequadas. Um inquérito aos cidadãos pode ser utilizado para diferentes fins, como a avaliação do nível de compreensão dos cidadãos sobre um tema ou política, o nível de aceitação relativo a um assunto ou plano específico, ideias e sugestões de projetos, ou o acompanhamento da evolução da opinião pública ao longo do tempo.

## DICAS

Os inquéritos aos cidadãos podem ser utilizados para definir o âmbito de outras ferramentas essenciais de participação, como uma assembleia de cidadãos sobre o clima ou um orçamento participativo para a adaptação.



## REFERÊNCIAS

[Inquérito](#) lançado pelo projeto IMPETUS, financiado pela UE, em sete comunidades regionais da Europa. O inquérito permitirá inventariar as soluções de adaptações às alterações climáticas necessárias para se obter benefícios duradouros e identificar novas oportunidades de participação em atividades de adaptação climática.

A Comissão Europeia [abre uma consulta sobre a estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas](#).

[Inquérito aos cidadãos](#) realizado pelo município de Dresden (Alemanha), que recolhe opiniões e necessidades sobre vários tópicos-chave, incluindo o estado do ambiente e o envolvimento da comunidade.



### Tempo



O tempo necessário para elaborar um inquérito varia em função da sua experiência na utilização desta ferramenta. A conclusão do inquérito depende do âmbito e da dimensão do inquérito e, normalmente, demora várias semanas.



### Competências



É necessária experiência em métodos de investigação e estatística, bem como no tema do inquérito. Poderá ser solicitado apoio profissional especializado para garantir a obtenção de resultados robustos.



### Recursos



São necessários alguns recursos dentro de um determinado intervalo. Alguns inquéritos aos cidadãos podem ser implementados utilizando uma plataforma online ou enviando inquéritos em papel aos cidadãos. Como tal, são relativamente baratos, rápidos e fáceis de conceber em comparação com muitas das outras ferramentas de envolvimento das partes interessadas incluídas neste manual. Outros inquéritos podem ser mais complexos devido à necessidade de uma amostra maior e são melhor realizados recorrendo a um prestador de serviços especializado.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Apoio da participação do público no processo democrático, proporcionando uma plataforma para os cidadãos expressarem as suas opiniões, necessidades, prioridades e preocupações.
- ★ Avaliação e opinião sobre soluções, projetos ou políticas de adaptação.
- ★ Ajuda na revelação das disparidades e perceções entre diferentes grupos demográficos.
- ★ Avaliação comparativa das perceções e prioridades dos cidadãos, por exemplo, em comparação com outras cidades e regiões.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

O conhecimento especializado é frequentemente necessário para o desenho adequado do inquérito.

Uma amostragem enviesada pode potencialmente levar à eventual falta de validade dos resultados e, por conseguinte, pode limitar extrapolações, i.e., até que ponto as conclusões podem ser generalizadas a um grupo mais alargado.

## 06 ASSEMBLEIA DE CIDADÃOS SOBRE O CLIMA

Uma assembleia de cidadãos sobre o clima é um processo democrático que permite aos participantes dialogar e desenvolver soluções em conjunto. O seu objetivo é envolver os cidadãos na deliberação de políticas municipais, regionais, nacionais e internacionais sobre as alterações climáticas. Ao dar às pessoas comuns um lugar à mesa da governação, as assembleias podem ajudar a reforçar ou reconstruir a legitimidade política e a responsabilidade aos olhos do público. As Assembleias são deliberativas, o que significa que se baseiam num método de diálogo e argumentação entre os participantes.

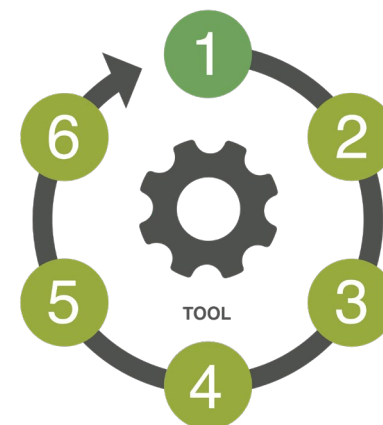
Na última década, têm vindo a ganhar cada vez mais força como forma de dar resposta a uma necessidade fundamental: assegurar uma transição climática e uma transformação social justas e inclusivas.

### COMO FUNCIONA

O processo inicia-se com a criação de um comité de peritos independentes encarregado de definir, em conjunto, o tempo de duração, as questões/temas centrais e um plano de acompanhamento da assembleia.

Os membros da assembleia devem ser seleccionados através de uma triagem, ponderando factores como a idade, o sexo, o rendimento, a educação e a localização geográfica. Para valorizar o tempo e o esforço dos cidadãos, é importante que estes recebam uma compensação financeira, bem como o reembolso das despesas de deslocação e apoio no cuidar de crianças.

Numa assembleia de cidadãos sobre o clima, podem ser distinguidas três etapas fundamentais para a sua implementação: uma etapa de aprendizagem, uma etapa de deliberação e uma etapa de recomendação.



### DICAS

Assegurar que as condições para o acompanhamento por parte dos decisores são claras desde o início. Uma campanha de comunicação adequada e o apoio público de uma ampla coligação social são dois critérios fundamentais para o sucesso. Estes fatores contribuem para aumentar a pressão pública necessária para garantir a aplicação das recomendações resultantes da assembleia.

### REFERÊNCIAS

[Rede de conhecimento sobre as assembleias climáticas.](#)

Projeto "[Assembleias de Cidadãos para o Clima: aprender com, da e para a Europa](#)".

Podem consultar a assembleia de cidadãos sobre o clima [da Grande Cambridge](#) como um exemplo regional.



### Tempo



O desenho de todo o processo exige uma quantidade substancial de tempo e esforço. A experiência adquirida com a estruturação e implementação aponta para um intervalo de tempo entre 6 e 20 semanas. Algumas assembleias são atualmente permanentes, pelo que lhes é atribuído um orçamento anual.



### Competências



Os membros da Assembleia de Cidadãos para o Clima não precisam de ter qualquer experiência específica ou conhecimentos prévios sobre os temas a debater. O que importa é uma atitude proactiva e positiva, e a vontade de colaborar. No entanto, é necessário proporcionar uma formação cuidadosamente planeada a todos os membros para garantir uma base de conhecimento comum.



### Recursos



Uma assembleia de cidadãos sobre o clima bem concebida exige um esforço importante por parte da instituição responsável pela implementação. É necessária uma coordenação personalizada entre os diferentes departamentos governamentais, o que implica trabalhar com colegas de todos os sectores. Para além de conhecimentos especializados em práticas deliberativas e governação climática para o comité de peritos independentes, poderá ser necessário recorrer a comunidades de prática específicas e ter facilitadores formados para apoiar o processo.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Maior sensibilização, conhecimento e apoio do público para as questões relacionadas com as alterações climáticas e a necessidade de ação climática.
- ★ Conjunto de recomendações ou propostas políticas.
- ★ Um debate público mais alargado sobre as questões relacionadas com as alterações climáticas e uma melhor comunicação entre os responsáveis políticos e os cidadãos, o que tende a aumentar a confiança nas políticas em matéria de alterações climáticas.
- ★ Maior envolvimento do público e apropriação da ação / Maior sentido de legitimidade das opções políticas em matéria de alterações climáticas.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

As assembleias de cidadãos sobre o clima são geralmente consideradas como tendo um impacto positivo nas comunidades. No entanto, aqueles que criticam as assembleias de cidadãos sobre o clima, como ([Machin, 2023](#)), apontam problemas práticos com a seleção dos participantes e da informação, bem como potenciais assimetrias de poder durante as assembleias.

Ao contrário dos órgãos eleitos, as assembleias de cidadãos sobre o clima não são diretamente responsáveis pela tomada de decisões. Como tal, é difícil avaliar o seu impacto direto na definição de políticas. Muitas vezes, é necessário conhecimento para o desenho adequado do inquérito.

## EXEMPLO DE AÇÕES

- ★ A recém-criada (ou seja, 2023) [assembleia de cidadãos sobre o clima de Bolonha](#) (Itália) foi concebida para se estender por oito reuniões de meio dia cada, durante um total de cerca de quatro meses. A cidade está a procurar o envolvimento direto dos cidadãos nas seguintes questões-chave:

- Como promover a transição energética da cidade a partir dos sectores com maior impacto em termos de emissões de gases com efeito de estufa, garantindo, ao mesmo tempo, o princípio da equidade e da justiça climática e contrariando os fenómenos de pobreza e marginalização?
- Como podem as instituições e os cidadãos abordar e conter os principais riscos climáticos da cidade (ilhas de calor, fenómenos meteorológicos extremos, inundações, secas, etc.)?
- Que obstáculos, se os houver, veem nas regras, serviços e regulamentos municipais para alcançar estes objetivos e possíveis melhorias e inovações?

Os membros da Assembleia comprometem-se a assistir a pelo menos 70% das reuniões, e a demonstrar uma atitude pró-ativa e participativa durante toda a sua duração. Estão previstas várias formas de apoio aos membros da Assembleia, incluindo uma senha de presença de 72,96 euros (incluindo todos os encargos fiscais e sociais) e serviços de babysitting.

- ★ A primeira [assembleia permanente do clima](#) do mundo [iniciou os seus trabalhos em Bruxelas](#), a 3 de fevereiro de 2023, como um instrumento de apoio deliberativo para acompanhar e informar a política climática local.

A Assembleia Climática de Bruxelas consiste numa sucessão de vários painéis de cidadãos, cada um deles composto por cem cidadãos selecionados aleatoriamente, que deliberam e fazem recomendações sobre temas específicos relacionados com a política climática da cidade.

Tal como explicado [no sítio da Internet "Büergerrat"](#), "*os cidadãos não só fazem recomendações, como também acompanham ativamente o que acontece com elas através de uma comissão que monitoriza a forma como os políticos lidam com as recomendações. O governo de Bruxelas comprometeu-se a examinar minuciosamente todas as recomendações dos cidadãos e a informar de forma transparente sobre o que acontece com as mesmas*".



- ★ Outra assembleia permanente de cidadãos sobre o clima começou a funcionar em [Milão](#) (Itália) em 2023.

## 07 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO VERDE

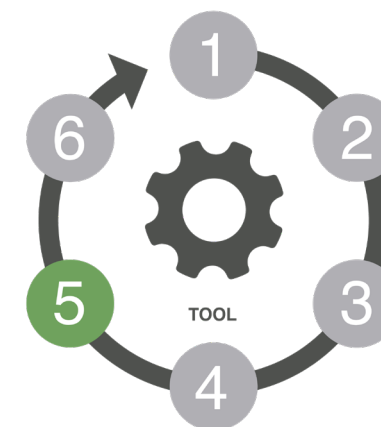
Um orçamento participativo verde é um processo através do qual os cidadãos têm uma palavra direta a dizer sobre a forma como os orçamentos públicos são atribuídos e gastos para fazer face às alterações climáticas. Até à data, a maioria dos orçamentos participativos tem sido implementada a nível da cidade ou mesmo do bairro, embora existam também exemplos a nível regional e nacional.

O orçamento participativo pode ser aplicado tanto como sendo um instrumento ou uma metodologia. É considerado um instrumento porque proporciona uma estrutura para os cidadãos participarem diretamente no processo de tomada de decisões, através da forma como os fundos públicos são atribuídos e gastos. Pode também ser considerado uma metodologia porque envolve uma perspectiva e uma abordagem específicas da governação e da participação pública, incluindo aspetos como a transparência, a inclusão e a deliberação.

### COMO FUNCIONA

Através de um orçamento participativo verde, irá capacitar os membros da comunidade para assumirem a liderança na proposta e votação do que a comunidade considera que deve receber financiamento público. O processo envolve uma série de reuniões e consultas facilitadas, online e presenciais, em que os cidadãos e as partes interessadas discutem, apresentam e votam projectos climáticos.

Uma chave para o sucesso é a comunicação transparente, um processo de tratamento de reclamações e a criação de um modelo que funcione para a sua comunidade



### DICAS

Em Lisboa, por exemplo, a participação presencial é utilizada para a discussão e o debate, ao passo que a votação e a apresentação de propostas são efectuadas online.

### REFERÊNCIAS

[O que é o orçamento participativo?](#) (Governo da Escócia)

A [Teoria da Mudança do Orçamento Participativo](#) é uma ferramenta que pode ajudá-lo a compreender como o OP pode conduzir às mudanças desejadas para as pessoas, comunidades e governos.

[Dissipar os mitos sobre o orçamento participativo](#) (OCDE)



específica. Outro passo fundamental é a criação de um grupo de trabalho técnico, que garanta que os projetos finais seleccionados são viáveis e realistas.



### Tempo



Depende da dimensão do orçamento atribuído ao Orçamento Participativo Verde, do número de participantes e da complexidade dos projetos. Normalmente, pode demorar vários meses.



### Competências



É preferível ter experiência e conhecimento prévio numa vasta gama de disciplinas (por exemplo, comunicação, divulgação e envolvimento de partes interessadas, sustentabilidade ambiental, economia e finanças locais, política e governação, gestão de projetos). Se não possuir estas competências internamente, terá muito provavelmente de procurar conhecimentos especializados e estabelecer parcerias com organizações externas ou indivíduos no seu ecossistema local.



### Os recursos



Para implementar um orçamento participativo verde é necessário investir recursos económicos substanciais, bem como tempo. O financiamento que decidir afetar ao orçamento pode variar muito. Outro fator fundamental é uma forte vontade política.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Ajuda a colmatar o fosso entre as instituições e os cidadãos no sentido de uma transição justa, integrando as prioridades dos cidadãos nos projetos escolhidos e executados.
- ★ Aumento da confiança institucional, da transparência e da eficiência.
- ★ Maior sensibilização da sociedade para as alterações climáticas.
- ★ Aumento da satisfação dos cidadãos com as políticas municipais/regionais.
- ★ Mudança nas atitudes locais em relação à sustentabilidade.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

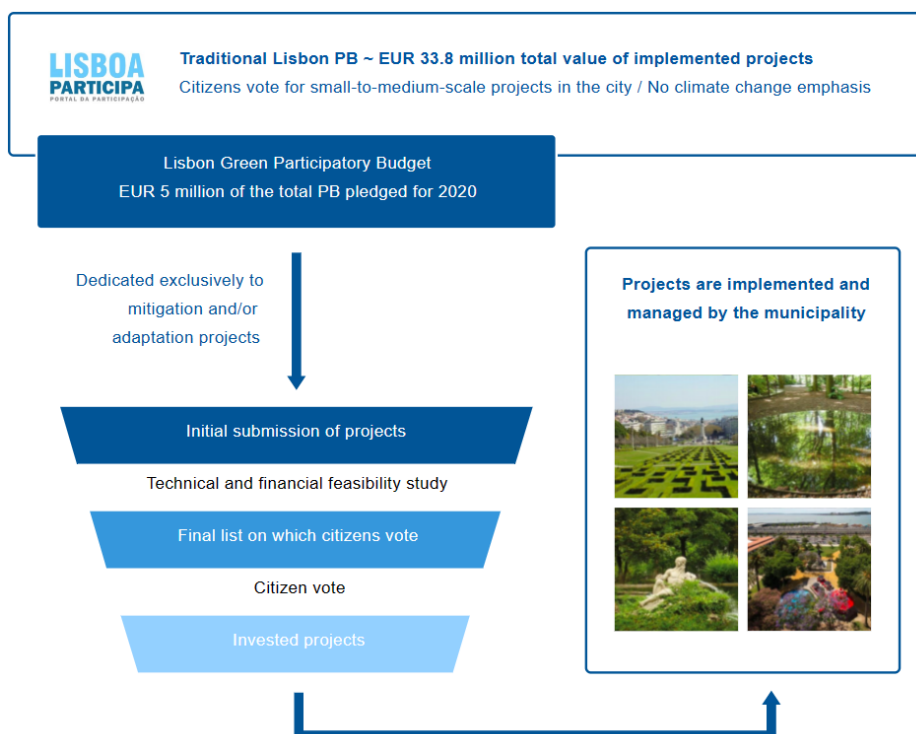
Dependendo da dimensão e do âmbito do seu orçamento participativo verde, poderá necessitar de profissionais especializados, como, por exemplo, gestor de projeto, perito em processos participativos e/ou em economia e finanças locais, coordenador de comunicação e/ou divulgação, especialista em avaliação.

A recolha de informações de qualidade sobre a eficácia das soluções propostas pode ser um desafio.

O acompanhamento e a avaliação dos impactos positivos das soluções adotadas requerem recursos adequados e um compromisso a longo prazo.

## EXEMPLO DE AÇÃO

- ★ [LISBOA](#): 15% dos fundos da já existente plataforma de Lisboa para o orçamento participativo (mais de 33 milhões de euros) são dedicados exclusivamente a projetos de adaptação e mitigação das alterações climáticas (cerca de 5 milhões de euros). Até agora, os cidadãos decidiram [financiar projetos](#) como ciclovias, plantação de árvores para reduzir o calor nas ruas ou captação e armazenamento de água.



- ★ [BOLOGNA - Orçamento Participativo 2023](#): de 26 de maio a 30 de junho foi possível votar no projeto preferido, entre os 43 propostos pelos cidadãos de Bolonha. Todos os projetos foram concebidos para cumprir os objetivos da "Bologna Missione Clima", que compromete a cidade a alcançar a neutralidade climática até 2030.

O projeto mais votado de cada bairro será financiado e implementado, graças a um investimento do Município de 500 000 euros por bairro, com um total de 3 milhões de euros para seis projetos vencedores. Podem votar os cidadãos residentes no município de Bolonha que tenham completado dezasseis anos, bem como os não residentes que exerçam a sua atividade profissional, de estudo ou de voluntariado no município, e os estrangeiros e apátridas residentes no município de Bolonha ou que neste exerçam a sua atividade profissional, de estudo ou de voluntariado.

[Jardim Escondido](#) é a história do projeto mais votado do orçamento participativo de Lisboa, uma iniciativa para preservar uma área verde em vias de extinção e transformá-la num espaço público.

## 08 COMUNIDADES DE PRÁTICA

As comunidades de prática centradas nas alterações climáticas são grupos organizados de pessoas que partilham um interesse comum e pretendem coordenar esforços para atingir objetivos partilhados. As comunidades de prática são normalmente constituídas por peritos de várias áreas temáticas, bem como por membros da comunidade que são diretamente afetados pelas alterações climáticas ou que pretendem agir.

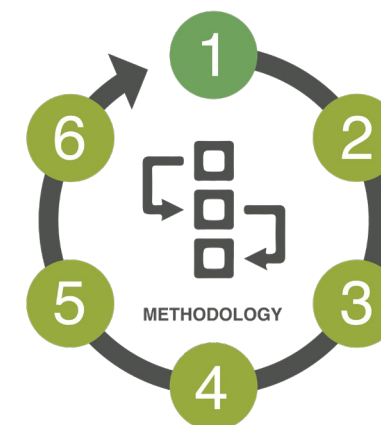
Através da partilha de conhecimentos, da aprendizagem mútua, da melhoria das competências e do avanço do conhecimento geral, as comunidades de prática centradas no clima são consideradas propícias ao desenvolvimento, à expansão e à transferibilidade de práticas inovadoras e criativas.

Como tal, as comunidades de prática podem ser um instrumento concreto para influenciar as decisões políticas e o financiamento, mas também para criar alianças e parcerias para projetos e iniciativas.

### COMO FUNCIONA

Para serem bem sucedidas, as comunidades de prática têm de ser activas. Como tal, uma das chaves do sucesso reside na criação de um ambiente propício para que os membros decidam o que é importante e aceitem o que os outros membros necessitam e valorizam. Em última análise, uma comunidade de prática bem sucedida é aquela em que o conhecimento e a colaboração fluem eficazmente e os resultados são orgânicos e não prescritos.

As comunidades de prática podem assumir diferentes formas, como reuniões presenciais, grupos nas redes sociais, debates e diálogos, colaboração em projetos,



### DICAS

Existem várias formas bem estabelecidas de organizações sociais que podem desempenhar um papel central no aumento do nível de participação das partes interessadas na implementação do seu plano de adaptação: comunidades de prática, laboratórios vivos, comunidades de inovação, observatórios, parcerias com várias partes interessadas e alianças de aprendizagem e ação.

### REFERÊNCIAS

[Manual da Comunidade de Práticas](#) da EU-JRC

Pode ler aqui um artigo específico sobre [comunidades de prática e alterações climáticas](#)

campanhas de sensibilização, webinars, actividades de grupo, etc. Em vez de se centrar especificamente numa determinada forma de comunicação, uma comunidade de prática bem sucedida é aquela em que os seus membros têm um forte sentido de comunidade, respeito e confiança.



### Tempo



O tempo de implementação pode variar muito, desde um mínimo de várias semanas até vários anos. Idealmente, as comunidades de prática acabam por se auto-organizar devido à confiança e ao empenho dos seus membros.



### Competências



As Comunidades de Prática centradas na adaptação climática exigem experiência e conhecimentos prévios na intersecção entre a ciência e a política climática, o envolvimento dos cidadãos e das partes interessadas, a facilitação e o pensamento sistémico.



### Recursos



Os contributos e recursos necessários variam consoante o âmbito e a dimensão da sua comunidade de prática. É necessário afetar recursos humanos e económicos adequados para assegurar o funcionamento diário e a liderança da comunidade.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Criação de comunidades e reforço da participação.
- ★ Colaboração entre cidadãos e organizações (também intra-organizacional).
- ★ Partilha de conhecimentos e progresso.
- ★ A criação de valor partilhado e a orientação entre pares conduzem à inovação, à elaboração e à descoberta.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

Alcance: a comunidade de prática precisa de envolver eficazmente uma vasta audiência de partes interessadas. Certifique-se de que implementa uma estratégia de comunicação para mitigar o risco de alcance limitado.

Diversidade: é importante tomar todas as medidas possíveis para garantir a inclusão na representação de diferentes perspetivas e competências.

Sustentabilidade: os recursos para o funcionamento de uma comunidade de prática podem ser temporários e/ou total ou parcialmente voluntários. Para garantir a sua sustentabilidade, é importante refletir desde o início sobre o financiamento e a sustentabilidade organizacional.

## 09 INCENTIVOS IPA

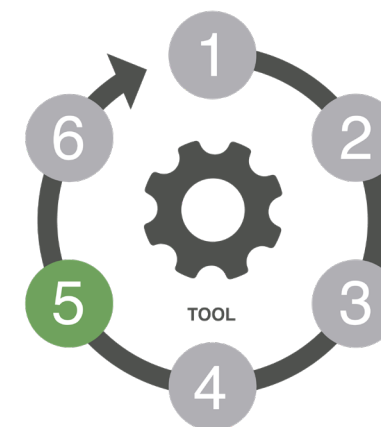
Os instrumentos de política ambiental (IPA) são incentivos desenhados e aplicados com o objetivo de adaptar as decisões individuais a objetivos acordados coletivamente. Os IPA são tradicionalmente classificados entre tarifação (por exemplo, tarifas de água), impostos e taxas ambientais, subsídios (a produtos e práticas), mercados (por exemplo, licenças negociáveis para poluição ou captação de água, mecanismos de compensação, pagamentos por serviços ambientais) e acordos voluntários e regimes de gestão de riscos (seguros ou passivos). Têm sido aplicados em diversas políticas ambientais.

Os regimes de comércio de licenças de emissão foram desenvolvidos para a política de mitigação das alterações climáticas e os IPA foram também utilizados para a qualidade do ar, a adaptação às alterações climáticas e as políticas energéticas. Foram aplicados instrumentos políticos para melhorar a eficiência energética, impostos sobre o consumo de energia e regulamentos para um nível mínimo de eficiência energética e de poupança de energia.

### COMO FUNCIONA

O funcionamento desta ferramenta depende de qual o IPA mais adequado para a questão abordada, ou qual a combinação de IPA mais adequada para os objetivos pretendidos. Por exemplo, os IPA mais recorrentes no sector da água são as tarifas, os impostos e as taxas, mas também são amplamente aplicados os subsídios e os regimes de cooperação.

A participação das partes interessadas e do público em geral é um elemento crucial para aumentar a aceitação geral dos IPA e para motivar a participação. A importância da participação do público pode ser reduzida nos casos em que o IPA ou a solução específica que o IPA pretende promover, já tenha obtido aceitação pública (social).



### REFERÊNCIAS

Descrição dos [incentivos económicos à mudança de comportamento](#) no Climate-ADAPT.

O projeto [WEATHER](#), financiado pelo 7.º PQ, apresenta uma panorâmica dos possíveis incentivos à adaptação dos transportes e do seu potencial impacto.

O projeto [EPI-Water](#), financiado pela UE, fornece uma panorâmica dos instrumentos económicos aplicados ao sector da água e referências a estudos de casos.



### Tempo



O desenho e a aplicação dos IPA podem levar de um a cinco anos. Os IPA são normalmente medidas de longa duração. No entanto, o período de vigência é frequentemente determinado pelo quadro político, pela legislação específica em vigor e pela aceitação social.



### Competências



A experiência em aspetos políticos, jurídicos e económicos é fundamental.



### Recursos



Em termos de custos dos IPA, podemos distinguir entre custos diretos (por exemplo, o custo do pagamento de um imposto) e custos de transação (por exemplo, o custo associado ao tempo e ao dinheiro para ter acesso ao mercado, encontrar um comprador ou vendedor, negociar e regressar). Os custos de transação podem também estar relacionados com monitorização adicional necessária.

## RESULTADOS/EFEITOS ESPERADOS

- ★ Melhoria de um quadro político existente, incentivando, em vez de impor, mudanças de comportamento que possam conduzir à adaptação. Os IPA podem estimular mudanças comportamentais através de incentivos ou desincentivos, alteração das condições do mercado para permitir transações económicas ou reduzir riscos.
- ★ Melhor distribuição social dos encargos para atingir o objetivo desejado. Os IPA podem gerar receitas e, por conseguinte, podem ser relevantes para o financiamento de medidas de adaptação.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

Organização, quadro jurídico adequado de apoio.  
Os potenciais inconvenientes podem surgir do ponto de vista da equidade, uma vez que afetam diferentes atores ou grupos sociais, não necessariamente de uma forma progressiva.

Um novo mecanismo de alocação pode aumentar a eficiência económica, mas impõe elevados custos de negociação e de aplicação, tornando potencialmente preferíveis mecanismos de alocação mais simples. Os custos de mediação podem ser elevados, limitando assim a eficácia destas medidas.

# 10 CIÊNCIA CIDADÃ

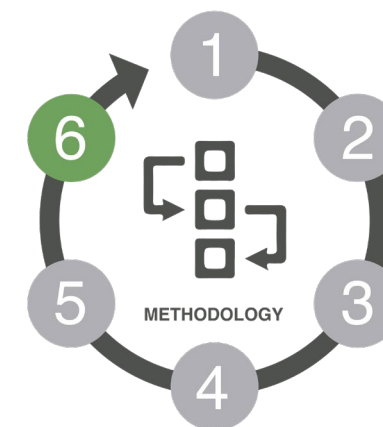
A ciência cidadã é uma forma de investigação científica que envolve a participação de pessoas comuns ou cientistas não profissionais, na recolha e análise de dados. É uma forma de gerar dados a partir de e com os cidadãos e de efetuar essa investigação de uma forma participada e colaborativa.

Enquanto ferramenta, permite que os cidadãos participem ativamente na investigação científica e pode implicar a utilização de tecnologia e outros recursos para capacitar os cidadãos. Tal pode incluir o fornecimento de ferramentas de recolha de dados (por exemplo, aplicações, sensores), recursos e formação online ou acesso a equipamento científico ou bases de dados.

## COMO FUNCIONA

Como metodologia, a ciência cidadã envolve uma abordagem estruturada para envolver os cidadãos na investigação científica, muitas vezes através de parcerias de colaboração entre cientistas e o público em geral. Implica a utilização de protocolos normalizados para a recolha de dados, o controlo da qualidade e a análise, bem como oportunidades para o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões científicas e na discussão dos resultados.

Para que funcione, é necessário, em primeiro lugar, encontrar e definir um projeto e uma equipa ou grupo de intervenientes interessados em participar na ciência cidadã. Depois, pode ser necessário formar os participantes. Por exemplo, os participantes recebem frequentemente alguma formação sobre como recolher e registar dados e podem receber instruções sobre como utilizar equipamento ou software especializado. De acordo com as metas, os objetivos e as instruções do seu projeto, também poderá realizar a recolha de dados através de plataformas online ou de aplicações móveis.



## DICAS

Os projetos de ciência cidadã envolvem frequentemente a divulgação e a comunicação com o público, incluindo a partilha de resultados e o incentivo à participação de mais pessoas.

## REFERÊNCIAS

O [papel da ciência cidadã no Pacto Ecológico Europeu](#)

O '[Guide to Citizen Science](#)' (Tweddle et al. 2012) inclui mais pormenores sobre o tipo de recursos necessários para criar e gerir um projeto de ciência cidadã.

Estes dados são analisados pelos próprios participantes ou por cientistas profissionais, e as conclusões resultantes podem ser publicadas e/ou utilizadas para informar decisões políticas.



### Tempo



O tempo de implementação de cada projeto de ciência cidadã pode variar em função do âmbito, da complexidade e dos recursos disponíveis. Alguns projetos de ciência cidadã podem demorar alguns meses a implementar, enquanto outros podem demorar anos a finalizar.



### Competências



A ciência cidadã pode ser aberta a qualquer pessoa, independentemente da sua formação ou nível de educação. No entanto, necessita frequentemente de formação e de apoio contínuo e regular. Além disso, é importante que os participantes tenham acesso às ferramentas ou tecnologias necessárias para a recolha e apresentação de dados.



### Recursos



Serão necessários vários recursos para levar a cabo a sua iniciativa de forma eficaz, tais como: sítio na Internet; base de dados online e tecnologia existente; apoio, orientação ou equipamento de medição especializado. A colaboração com fornecedores de tecnologia ou a utilização de software de fonte aberta pode tornar os custos mais acessíveis.

## REALIZAÇÕES/RESULTADOS ESPERADOS

- ★ Geração de dados de investigação, que podem ser utilizados pelos cientistas na sua investigação.
- ★ Investigação científica participada.
- ★ Monitorização reforçada das variáveis ambientais.
- ★ Aumento da literacia científica e do envolvimento do público na ciência.

## POTENCIAIS LIMITAÇÕES E BARREIRAS

A vontade de aprender e de seguir instruções é importante, bem como o interesse pelo tema específico que está a ser estudado.

O envolvimento dos cidadãos deve ser acompanhado de um programa de formação cuidadosamente planeado.

Outros obstáculos potenciais incluem o acesso à tecnologia, a falta de conhecimento especializado, o tempo necessário, as necessidades de financiamento e as barreiras culturais.



## Referências

- [1] Massimo Cattino e Diana Reckien (2021). Does public participation lead to more ambitious and transformative local climate change planning? *Current Opinion in Environmental Sustainability*: volume 52. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2021.08.004>
- [2] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022). Policy brief: adaptation monitoring and the importance of the Glasgow Sharm el Sheikh programme in building national systems. [Disponível online](#) [último acesso - junho de 2023].



### Inquérito de feedback

Este manual é um documento vivo. Estamos muito interessados em obter o feedback dos leitores para melhorar o documento e torná-lo mais útil para as regiões e comunidades locais. Pode ajudar-nos respondendo a este breve [inquérito de feedback](#).



**Funded by  
the European Union**

### Declaração de exoneração de responsabilidade

Qualquer divulgação dos resultados reflete apenas a opinião dos autores e a Comissão Europeia não é responsável por qualquer utilização que possa ser feita da informação que contém.

O reconhecimento de material publicado anteriormente e do trabalho de outros foi feito através de citação apropriada.

A reutilização é autorizada desde que a fonte seja citada e o significado original ou a mensagem do documento não sejam distorcidos.

A Comissão Europeia não é responsável por quaisquer consequências decorrentes da reutilização. A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é aplicada pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Todas as imagens © União Europeia, exceto indicação em contrário. Fontes das imagens: © goodluz, #25227000, 2021. Fonte: Stock.Adobe.com. Ícones © Flaticon - todos os direitos reservados.